

**ENTREVISTA | LUIZ CARLOS HAULY**

“Só com o novo sistema tributário,  
o Brasil vai se tornar uma nação  
novamente industrializada”



**BRASIL CENTRAL**

Consórcio anuncia linha  
de financiamento para  
segurança pública

ANO XXVIII  
MAIO / 2024  
EDIÇÃO 19  
R\$ 8,90

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS



# Brasil S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE



# CERRADO

## O BERÇO DAS ÁGUAS

Bioma tem recursos hídricos  
pressionados pelo desmatamento



VOCÊ PODE  
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO



# Cuidar do Cerrado é cuidar da sobrevivência de todos

**A** reportagem especial desta edição é sobre a importância da preservação do Cerrado, um dos mais importantes biomas brasileiros. Trata-se de uma série produzida pela Agência Senado sobre todos os biomas do país e que o Grupo Rede de Mídias vem reproduzindo em suas publicações.

A reportagem tem como título “Berço das águas, Cerrado tem recursos hídricos pressionados pelo desmatamento” e aborda justamente a questão da água, fundamental para a sobrevivência de todos, desde as populações urbanas até a produção agrícola e a pecuária. Ou seja, sem Cerrado não tem água e sem água não tem vida.

A entrevista desta edição é com o deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos “pais” da reforma tributária e da Lei Kandir. Em conversa com o repórter Humberto Azevedo, Hauly fala sobre esses e outros temas da política e da economia.

Boa leitura.



**João Orozimbo Negrão**  
Coordenador Editorial do  
Grupo Rede de Mídias

João Pedro Marques  
DIRETOR PRESIDENTE  
Artur Fonseca Dias  
DIRETORA EXECUTIVA  
Shelvy Pereira  
COORDENADOR EDITORIAL E DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
João Orozimbo Negrão  
DIRETORA DE REDAÇÃO  
Ângela Jordão  
EDITORA  
Vanessa Moreno  
EDITOR DE ARTE  
Márcio Brandão do Carmo  
REVISÃO TEXTUAL  
Doralice Jacomazi  
REDAÇÃO  
Repórteres: Humberto Azevedo, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo (fotografia)  
Estagiárias: Carolina da Costa Lima

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS  
Anderson Nogueira  
GERENTE COMERCIAL  
Maiara Max  
CONSELHO EDITORIAL  
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Darci Souza (vice-presidente), Shelvy Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Anderson Nogueira.

## NESTA EDIÇÃO

TEXTOS  
CATARINA LOILA, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO IBAIXE JR., JOÃO PEDRO MARQUES, JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO, NATALIE BRITO ARARIPE, PAULA PIMENTA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, SPUTNIK BRASIL.

FOTOS  
JOEL RODRIGUES, TCHELO FIGUEIREDO, VINÍCIUS MODOLO TEIXEIRA, AGÊNCIA BRASIL, SPUTNIK BRASIL, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, JORNAL DA USP, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO.

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:  
(65) 3623-1170 / 3622-2310 - redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:  
**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470  
midia@revistardm.com.br  
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO  
**ADEMIR KUHNEN GALITZKI**

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO

## ÍNDICE | Maio 2024



### 08 | ENTREVISTA

Considerado um dos “pais” da reforma tributária, o deputado paranaense falou também de sua histórica ligação com a Lei Kandir, nesta entrevista exclusiva ao portal RDM News

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | **Luiz Carlos Hauly**

14 | CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

16 | REPORTAGEM ESPECIAL

28 | CIÊNCIA NO ESPECTRO

30 | OPINIÃO | João Ibaixe Jr. e

Jonathan Hernandes Marcantonio

# O assombroso poder das big techs na economia e na política dos países



Divulgação

**N**o começo de abril, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, o Twitter, hoje denominado X, de propriedade do bilionário Elon Musk, ousou dizer que a Justiça brasileira não cumpre as próprias leis do país.

Essa situação inusitada tem muito a ver com o poder desmesurado que as empresas de tecnologia, também chamadas de big techs, possuem no mundo de hoje. As principais delas, como Microsoft, Google, Twitter (hoje X), Amazon, Ali Baba, Meta (dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp), e Apple, têm um valor de mercado hoje próximo a US\$ 10 trilhões, muito maior que o PIB de toda a América Latina.

Segundo a professora Diane Coyle, da Universidade de Cambridge, hoje há um amplo consenso de que os mercados digitais não estão mais funcionando segundo o interesse da sociedade, mas sim pelos interesses das próprias big techs. Cada uma dessas megaempresas cresceu nos últimos anos de forma avassaladora, mas invariavelmente aniquilando seus competidores. Veja-se o caso do Google, que detém praticamente o monopólio dos mecanismos de busca. Nem o poderoso Departamento de Justiça dos Estados Unidos conseguiu arranhar esse monopólio.

Os problemas acima são muito graves, mas não são os piores: hoje muitas big techs usam as enormes bases de dados que possuem de seus clientes para extrair informações em proveito próprio e vender mais produtos e serviços dentro de uma lógica de dominação total do mercado. Ou seja, essas empresas tomam decisões que afetam toda a sociedade sem consultarem ninguém e sem estarem submetidas a qualquer tipo de governança. Para a professora de Harvard Shoshana Zuboff, o que estamos assistindo deveria passar a ser chamado de “Capitalismo de vigilância”, ou seja, essas megaempresas usam os dados de seus

consumidores e usuários para exercerem o controle sobre eles.

O professor francês Pierre Levi, da Universidade de Montreal, no Canadá, teme que o poder dessas empresas já não seja mais apenas econômico. Segundo ele, o poder é político, pois muitas funções sociais e de infraestrutura que deveriam estar na mão do estado hoje estão nas mãos delas. O mais grave é que este poder transcende as fronteiras dos países e a própria geopolítica para se constituir em um poder sobre o planeta.

Este poder político que as big techs possuem é realmente inadmissível, pois, além de tudo que falamos acima, elas também têm o poder de coibir ou não o que consideram fake news e, com isso, muitas vezes, conseguem influir no resultado das eleições. Como se sabe, as fake news têm sido largamente usadas em vésperas de eleições para influenciar no seu resultado. E não é apenas no Brasil que este é um problema muito sério.

Muitos países estão extremamente preocupados e começam a discutir legislações para tentar disciplinar a atuação das megaempresas. O Brasil é um deles. Mas é uma tarefa difícil, pois consiste em regular o espaço digital, algo que nunca foi sequer tentado e para o que a humanidade ainda não está preparada. Justamente aqui reside a principal vantagem competitiva das big techs, pois elas têm toda competência e habilidade para atuar nesse território imenso do espaço digital. É o caso da computação em nuvem. Todos nós, e principalmente todas as empresas, precisam armazenar seus dados nas nuvens. Mas esse mercado no mundo está concentrado na mão de quatro empresas apenas: Microsoft, Ali Baba, Google e Amazon.

Em qualquer setor da economia as empresas precisam respeitar as regras e as legislações dos países onde estão localizadas. No caso das big techs, isso fica muito mais difícil, pois elas é que definem em qual data center de qual país elas querem armazenar qual tipo de dado. Fazem isso sem pedir autorização para nenhum governo. Como dissemos acima, os governos não conseguem controlar o espaço digital.

Em boa hora o governo brasileiro decidiu cobrar impostos adicionais sobre essas megaempresas da mesma forma como já fazem diversos países europeus e asiáticos. Isso é necessário, mas não será suficiente. Urge implantar mecanismos que coíbam o crescimento do poder assombroso dessas empresas. ●

**“Muitos países estão extremamente preocupados e começam a discutir legislações para tentar disciplinar a atuação das megaempresas. O Brasil é um deles. Mas é uma tarefa difícil, pois consiste em regular o espaço digital, algo que nunca foi sequer tentado”**

\* Paulo Feldmann, professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP





**NEWLINE**  
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um  
Sistema de Segurança inteligente?  
**Conte com a New Line**

## Governo pensa em estratégias para aumentar a popularidade

Depois de pesquisas indicarem uma rejeição cada vez maior ao governo, **Lula** e ministros vão colocar em prática um plano para tentar reverter o cenário. O presidente cobrou dos ministros se empenharem mais na divulgação de ações do governo, viajem pelo país e corrijam o tom da comunicação. Colocando o plano em prática, alguns chefes de ministérios vão acompanhar Lula nesta semana em visitas a três estados para percorrer comunidades e inaugurar obras.



Divulgação



## Comunicação pública terá viés mais propagandístico

Outra estratégia que o governo quer implementar é mudar a programação da EBC, a empresa estatal de comunicação, para impulsionar atos positivos do governo. Na TV Brasil e no CanalGov, o tempo de entrevistas com os ministros vai dobrar, e mais religiosos vão ser ouvidos – principalmente evangélicos, grupo que tem resistências a Lula. Mesmo tendo pouca audiência, a ideia é que todo o conteúdo seja cortado e publicado também nas redes sociais do governo. O foco está em mostrar serviço e ajustar o discurso para a população de baixa renda e mulheres – os grupos em que Lula mais perdeu popularidade. Outro foco do governo vai estar em abaixar o preço dos alimentos e combustíveis.

## Mercado eleva projeção do PIB e mantém estimativa para inflação

Economistas sondados pelo Banco Central elevaram sua projeção para o crescimento econômico do Brasil em 2024, mostrou nesta terça-feira o boletim Focus, que, à parte disso, não mostrou grandes novidades nos prognósticos de mercado. Agora, o mercado espera expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,89% neste ano, contra taxa de 1,85% estimada anteriormente, segundo a pesquisa semanal que capta a percepção para indicadores econômicos. A estimativa de crescimento para 2025, no entanto, permaneceu em 2,00%, assim como as expectativas de inflação deste ano e do próximo ficaram inalteradas em 3,75% e 3,51%, respectivamente. Para um prazo mais longo, as projeções de inflação de 2026 e 2027 seguiram em 3,50% pela 39ª semana.



Divulgação





## Quem pode ser o próximo presidente do Banco Central

Especula-se que o próximo presidente do BC será o economista **Gabriel Galípolo**, hoje diretor de Política Monetária da autarquia, após atuar como número dois do Ministério da Fazenda durante o início do governo Lula 3. Tido como homem de confiança do presidente da República, Galípolo desperta em parte do mercado financeiro insegurança em relação à trajetória da Selic. O presidente Lula tem feito críticas a Campos Neto, indicado ao cargo por Jair Bolsonaro (PL), por considerar que ele mantém os juros altos desnecessariamente. Já o BC justifica que a taxa está no nível necessário para conter a inflação.



Divulgação

## Campos Neto defende antecipar início da transição no Banco Central

Presidente do Banco Central até 31 de dezembro deste ano, **Roberto Campos Neto** defendeu a antecipação no processo de transição no comando da autarquia, pela necessidade de o próximo presidente ser sabatinado pelo Congresso, que entra em recesso ao fim de 2024. “Seria bom fazer a sabatina este ano. Se um diretor for presidente interino, ele tem que passar por sabatina também”, disse o economista.



Divulgação

### DITO & FEITO



**“Petrobras foi a segunda empresa que mais pagou dividendos no mundo, mas ela precisa investir para pagar mais dividendos no futuro. Só haverá dividendos no futuro, se a empresa ampliar seus investimentos.”**

Do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),  
**Aloizio Mercadante**

**“A defesa da democracia contra as deepfakes exigirá uma abordagem multifacetada que envolva governos, empresas de tecnologia e indivíduos em todo o mundo.”**

De **Carolina Jatobá**, professora de Direito Digital do Centro Universitário de Brasília (CEUB).

**“A parceria é fundamental, inclusive com a sociedade. É um desafio enorme, mas precisamos da bancada (do Congresso Nacional), do governo, dos prefeitos, da sociedade, das universidades para nos ajudar com dados, para cada vez mais fazermos políticas públicas com base em evidências.”**

Da ministra **Marina Silva**, do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

# “Só com o novo sistema tributário, o Brasil vai se tornar uma nação novamente industrializada”,

Considerado um dos “pais” da reforma tributária, o deputado paranaense falou também de sua histórica ligação com a Lei Kandir, nesta entrevista exclusiva ao portal RDM News

Por Humberto Azevedo

“Só com o novo sistema tributário, o Brasil vai se tornar uma nação novamente industrializada”, afirmou o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR). A declaração, dada com exclusividade à reportagem do portal RDM News, aconteceu após ser questionado se o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, encaminhado no final do último mês de abril pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional para regulamentar a nova legislação constitucional que versa sobre a tributação no país, ajudaria no processo de reindustrialização do Brasil.

Tido por muitos especialistas e jornalistas que cobrem as atividades

parlamentares como um dos “pais” da reforma tributária, aprovada e promulgada no ano passado após décadas de idas e vindas sobre o tema, o deputado paranaense Hauly (um ex-tucano) falou também de sua histórica ligação com a Lei Kandir (Lei Complementar – LC 87/96), que propiciou um salto nas exportações do país, mas que – segundo ele – precisa ser readequada aos novos tempos para ressarcir, de maneira justa, os cofres dos principais estados exportadores (GO, MT, MS, MG, PA e TO), que acabaram por perder muita receita ao longo dos últimos 35 anos.

Hauly iniciou a entrevista contando do começo da sua trajetória na política, quando então ocupava a Secretaria de Fazenda do estado do Paraná – na gestão do então governador Álvaro Dias (ex-

PMDB, hoje filiado ao Podemos). Como titular da pasta fazendária paranaense, coube a ele, na oportunidade, o exercício da presidência do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Confaz) regulamentar, via resolução do órgão, no longínquo ano de 1989, a então nova legislação estabelecida pela Constituição de 1988, que isentou os produtos exportados do Brasil de ISS (Imposto Sobre Serviços), ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

A curiosidade é que Hauly também estava presente em meio aos debates do Congresso Nacional, realizados durante o segundo mandato do ex-presidente

Fotos: Divulgação





**“Somos o 125º pior ambiente de negócio do mundo. E a culpa é do sistema tributário. O sistema tributário brasileiro é um queijo suíço. Cheio de buracos. É iníquo, injusto, tem renúncias fiscais que atingem R\$ 650 bilhões; R\$ 450 bilhões da União e R\$ 200 bi dos estados”**

---

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1996, na comissão que praticamente transformou a resolução do Confaz na Lei Complementar 87/96. O nome da legislação foi dado ao ex-deputado e ex-ministro do Planejamento de FHC, Antônio Kandir, pela apresentação do projeto que resultou na lei ser de sua autoria. Mas boa parte da costura política e das elucidações aos demais parlamentares sobre a necessidade da transformação da resolução do Confaz em lei foi feita por Haully.

Na entrevista, Haully afirmou ainda que o PLP 68/24 – apresentado pelo ministro da Fazenda – Fernando Haddad (PT), ao Congresso Nacional, está 95% redondo. Segundo ele, caberá aos congressistas (deputados e senadores) aperfeiçoarem e ajustarem pequenos

pontos da matéria, que trará aos brasileiros uma nova sigla tributária – o Imposto de Valor Agregado (IVA), que substituirá cinco tarifas e contribuições praticados atualmente e que são ininteligíveis para a maioria da população: ISS, ICMS, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS e Cofins.

“O IVA derivado da emenda constitucional número 132 é um marco divisor de água na economia brasileira e no sistema tributário brasileiro. O Brasil [está deixando de ter] o pior sistema tributário do mundo. O mais iníquo e injusto! (...) Então, primeiro: o consumidor vai ter um produto com imposto bem menor do que é hoje, a indústria vai diminuir o custo da produção, a geração de empregos diminui o custo da contratação e o governo vai arrecadar aquilo

que ele já tem hoje e mais aquilo que é sonhado. Então, ele (novo sistema tributário) vai ter muito ganho. Todos vão ganhar!”, exclamou entusiasmado Haully com o futuro da economia no Brasil.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista concedida por Luiz Carlos Haully ao RDM News, que a RDM Brasil S.A reproduz.

**RDM News – Como o senhor analisa o PLP 68/24, enviado pelo governo no final de abril e que regulamenta a nova legislação tributária aprovada após debates de 30 anos e promulgada no ano passado?**

**Luiz Carlos Haully** – Então, o IVA derivado da emenda constitucional número 132 é, como disse, um marco divisor de água na economia brasileira e no sistema tributário brasileiro. O Brasil está deixando de ter o pior sistema tributário do mundo. O mais iníquo e injusto! O Banco Mundial, pelo relatório 'Doing Business', coloca em 190 países, o Brasil tem o 184º pior sistema tributário do mundo. [Nota do repórter: em setembro de 2021, o relatório 'Doing Business' foi cancelado pelo próprio Banco Mundial após ser apurado que diretores da instituição tinham pressionado funcionários a alterarem os dados que afetavam a classificação da China e de alguns outros países no ranking divulgado naquele ano.]. O que reduz a nossa nota de ambiente de negócio.

Nós somos o 125º pior ambiente de negócio do mundo. E a responsabilidade é do sistema tributário em 80%, 90%. Então, o sistema tributário brasileiro é um queijo suíço. Cheio de buracos. É iníquo, injusto, ele tem renúncias fiscais que atingem R\$ 650 bilhões por ano; R\$ 450 bilhões da União e R\$ 200 bi dos estados. Ele tem uma inadimplência de R\$ 300 bilhões e um estoque de inadimplência de R\$ 5 trilhões. Ele tem um contencioso tributário, administrativo e judicial de R\$ 7,5 trilhões e um custo burocrático de conformidades de R\$ 200 bilhões. Então, esses efeitos indesejáveis geram e geraram todas as distorções concorrenciais, matando o ímpeto do crescimento econômico brasileiro, do capitalismo brasileiro. E esse é o motivo de o Brasil ter um dos mais baixos crescimentos do mundo desde 1981 até hoje.

Por conta disso, nós caímos para



**“O motivo do baixo desenvolvimento são as iniquidades, inconsistências e incongruências do sistema tributário. E o imposto, a base do consumo, tem três bases clássicas: propriedade, renda e consumo. O imposto de propriedade tem a arrecadação muito pequena”**

cerca de 2% de crescimento médio ano, o que não cobre nem o crescimento da população. Enquanto nos 50 anos anteriores [1931-1980], o Brasil crescia em média 6,3% ao ano. Era o país emergente que mais crescia no mundo. Chegamos a ter quase o dobro de crescimento dos Estados Unidos da América, que já era um país desenvolvido.

Então, o motivo do baixo desenvolvimento brasileiro, central – não é o único, mas é o central, são as iniquidades, inconsistências e incongruências do sistema tributário. E o imposto, a base do consumo, no sistema tributário tem três bases clássicas: propriedade, renda e consumo. O imposto de propriedade, que é o de patrimônio e renda no Brasil, a arrecadação é muito pequena.

Essas duas bases tributárias representam, só, 25% da arrecadação do Brasil. E a base do consumo, onde está o ISS, ICMS, PIS, Cofins, [encargos sobre a] folha [de salários] e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), todos esses tributos que existem hoje, essa parafernália de impostos, representam 75% da arrecadação. Nesses 75% está o grosso do problema da inadimplência, do custo burocrático e de conformidades, da guerra ou renúncia fiscal, do contencioso. Então ao consertar a base de consumo com o Imposto de Valor Agregado e o que é o IVA? É um imposto clássico utilizado em 174 países do mundo há mais de meio século. Nos mais antigos, ele chega a ter 60, 70 anos. O Imposto de Valor Agregado chega





**“Ao eliminar a guerra fiscal entre estados e entre municípios, se cria um ambiente isonômico tributário. Porque as empresas não vão mais se preocupar com imposto. Elas vão se concentrar na eficiência, na economia, na logística, na qualidade do produto e no abastecimento”**

para substituir o ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins. E poderá substituir, no futuro, os outros produtos, inclusive alguns [que são incididos] nas folhas [de pagamento de salários]. Ele poderá substituir todos os outros e aí é só uma questão de fazer contas e projeções de ganhos para a eficiência da tributação e da economia das empresas. Então, o IVA, como ele é um imposto de valor agregado, ele é neutro para as empresas.

O que é o princípio da neutralidade? Exemplo: você é um produtor rural, eu sou um industrial e a Eloá [assessoria de imprensa dele, presente na entrevista] é varejista e o comerciante final. Então, tudo que o produtor rural produzir (alimentos, carnes, grãos, mineral) e tudo que ele comprou com nota fiscal e

pagou, o imposto que ele pagou nestas compras ficam reservadas para ele financeiramente. E tudo que ele vendeu para a indústria, neste momento, é agente da transação que paga o valor da compra e o produtor rural, no momento em que o dono da indústria pagou pela transação, recebe de volta os impostos que tinham sido pagos e fica zerado com relação aos impostos que tinham sido pagos. Aí a indústria que comprou, produziu e vendeu para o varejista e tudo que ele comprou e tem de receber em impostos, na hora que vender, recebe de volta [os impostos pagos].

A mesma coisa com o varejista. Tudo que o varejista comprou, tem um monte de imposto pago a receber [de volta]. Tudo que ele vender para o consumidor

final, o varejista recebe de volta [os impostos pagos]. E o imposto fica líquido para a União, os estados e os municípios. Economiza mais de 30% de redução de alíquota, acaba com a guerra fiscal, acaba com a inadimplência, acaba com o contencioso tributário, administrativo e judicial e reduz a burocracia em mais de 90%. Então, é só ganho! Um ganho de eficiência, de economia de escala, de simplificação, de desação [em que praticamente se cessem os ajuizamentos de processos] e organiza toda a economia de mercado do Brasil. O Brasil fica organizadinho economicamente.

**RDM News – Mas ficou a contento a proposta de regulamentação que o governo enviou?**

**Haully – 95%. Os restantes 5% serão adequados pelo Congresso.**

**RDM News – Com relação ao programa de reindustrialização que este terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como meta, a regulamentação da nova legislação constitucional tributária ajudará a alcançar esse objetivo?**

**Haully – Sem nenhum incentivo e só com o novo sistema tributário, o Brasil vai se tornar uma nação novamente industrializada. Porque o IVA, ele tem essa capacidade. Ao eliminar a guerra fiscal entre estados e entre municípios, se cria um ambiente isonômico tributário. Porque as empresas não vão mais se preocupar com o imposto. Porque o imposto vai ser retido e recolhido automaticamente por uma ferramenta de cobrança eletrônica. Então, as empresas vão se concentrar unicamente na eficiência, na eficácia, na economia, na logística, na qualidade do produto e no abastecimento. Então, o desenvolvimento vai vir pelo crescimento da demanda interna.**

Ou seja, quando você aplicar o 'cash-back' de volta para as famílias pobres, devolver o dinheiro para os pobres, que está lá o instituto do 'cashback', os alimentos com alíquota zero e outros, vai se dar um volume, acabar com a guerra fiscal, acabar com a inadimplência, e acabar com a burocracia, porque todos esses custos vão sair das costas dos preços dos produtos consumidos e pagos pela população e esse valor fica na economia, nas mãos das famílias const

midoras e, conseqüentemente, que vão consumir mais unidades e com isso vai haver uma necessidade de reabastecimento em que se cria um novo círculo virtuoso, perene, permanente da economia brasileira em que a gente até então não experimenta isso.

Nós estamos com o mesmo PIB há mais de dez anos. O Produto Interno Bruto brasileiro é do mesmo tamanho de 2014, que foi o PIB em que se começou a decair a economia brasileira em 2014, 2015 e 2016. Depois caiu em 2019, 2020 e 2021, na pandemia. Mas na soma dos anos bons e ruins, deu zero. Nós estamos com a economia parada. Então, o Brasil vai voltar a crescer robustamente em 6%, 7% [ao ano]. E esse crescimento é o que vai puxar o desenvolvimento industrial.

Ao desonerar e devolver todo imposto embutido na exportação, se viabiliza mais ainda a exportação, mais a produção interna. Porque hoje só se produz, exporta muito mais produtos in natura semielaborados do que industrializados exatamente por causa do problema fiscal, tributário. Então, vai se ter um ganho sistêmico na economia. Porque todos vão ganhar. Então, primeiro: o consumidor vai ter um produto com imposto bem menor do que é hoje, a indústria vai diminuir o custo da produção, a geração de empregos diminui o custo da contratação e o governo vai arrecadar aquilo que ele já tem hoje e mais aquilo que é sonogado. Então, ele (novo sistema tributário) vai ter muito ganho. Todos vão ganhar! É o ganha-ganha. É o famoso ganha-ganha. Todos vão ganhar.

**RDM News – Gostariamos que o senhor contasse um pouco da história da Lei Kandir, que também é a sua história. Lei Kandir que foi fundamental para a ampliação da pauta das exportações nos últimos quase 30 anos, mas que também acabou gerando um problema federativo para alguns estados. Como se deu essa relação e essa história?**

**Hauly** – Realmente, com a desoneração em 1988, autorizada pela Constituição de 88 e pela Lei Complementar 87 de 1996, ao desonerar a exportação da tributação de produtos in natura e semi-elaborados, os estados que cobravam o ICMS na época, porque era uma cobrança com a visão local, não tinha uma visão nacional. Porque nenhum país



**“Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, o grosso da exportação é agro: carne, grãos... Eles têm realmente mais exportações, contribuem com o país e o Brasil precisa pensar, sim, para eles. Meu entendimento é de que não está bem adequada esta situação”**

exporta impostos, nem importa. As nações negociam, compram e vendem seus bens e serviços desonerados de impostos. Por quê? Porque o imposto é pago pelo consumidor nacional no município, no estado e no país em que ele vive. Então, o imposto é cobrado daquilo que ele consome, daquilo que ele ganha e do patrimônio que ele tem. Então, ele tem uma contrapartida. Então, as nações não tributam as exportações.

O Brasil era um dos poucos países do mundo que tributava. Mas como era uma prática errada, mas era uma prática, foi feito um fundo de compensação para os estados que iriam perder. Esse fundo [compensatório criado em 1989

pelo Confaz] vigeu até agora, recentemente. No novo texto constitucional não há uma previsão exata. Tem um fundo único nacional para partilhar pelo resultado das exportações, não na entrada nem na saída. Eu faria no texto constitucional, que eu tenho na minha cabeça, e que tenho escrito e defendido, era a entrada e menos saída. Então, os estados realmente exportadores líquidos, porque têm estados que importa mais do que exportam. São Paulo, por exemplo, ele importa mais do que exporta. Então estes estados, e como o princípio vai ser do destino, eles teriam que ter, no meu entendimento, uma compensação, como Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocan-





**“No Rio Grande do Sul, a tragédia climática, está unindo o Brasil. Não precisamos ficar brigando ideologicamente. As ideologias políticas estão todas falidas. Extrema-direita, esquerda, socialismo, capitalismo, tudo falido. E tem o bom senso e o bom senso é a convergência”**

tins, Pará, precisam realmente ter ali um incentivo para que o setor produtivo rural e mineral, porque é muito grande, por exemplo, Pará e Minas, é [exportação] mineral. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, o grosso da exportação é agro: carne, grãos, etc. Então eles têm realmente mais exportações, contribuem com o país e o Brasil precisa pensar, sim, para eles. Isso é o meu entendimento de que não está bem adequada esta situação.

**RDM News – Então, isso ainda levará um bom tempo de discussões, não é?**

**Haully –** É! Eu acho que tem que ter. É melhor deixar passar a regulamenta-

ção do IVA e a gente concentra nisso depois no segundo semestre ou a partir de 2024.

**RDM News – Agora, para encerrar, sobre as eleições municipais. O senhor está retornando ao mandato depois de ficar de fora na última legislatura (2019-2023), como avalia as mudanças ocorridas no Brasil, esse clima de polarização extrema entre direita e esquerda, como está sua articulação?**

**Haully –** Bem, no meu estado do Paraná, no Sul, em geral, a influência da esquerda é pequena. O Bolsonaro teve 75% dos votos. Então, aí tem um pouquinho de influência, mas não muita. Então, por exemplo, Londrina [norte

paranaense], o eleitor é o prefeito. O segundo maior eleitor divide-se entre o Bolsonaro e o governador [do estado, Ratinho Jr. (PSC)], o terceiro é o [ex-senador e ex-governador] Álvaro Dias. E, nós, os deputados, somos os quartos, quintos, sextos influenciadores e, claro, aí, os candidatos. Então, cada cidade tem uma característica especial: uma liderança local é maior que o Bolsonaro e maior que o Lula. Tem muitos, tem centenas de prefeitos que são líderes e são casados com os municípios nas alegrias e nas tristezas. Na saúde e na doença. Eles são os pais das cidades brasileiras. Uma eleição municipal não tem muito a característica de discussão nacional. [As capitais como] São Paulo e [outras] capitais, sim. Curitiba, por exemplo, o candidato que é o vice-prefeito e secretário de estado [Eduardo Pimentel (PSD-PR)], até recentemente de Desenvolvimento Urbano, é o favorito. Já passou à frente. Por quê? Porque ele tem um apoio conjugado do prefeito [Rafael] Greca, que é um excelente prefeito, e do governador que está indo bem. E também porque já conseguiram o apoio do partido do Bolsonaro. Então, ele está muito bem. Até saiu uma mesquita hoje. Então, cada cidade, cada município do Brasil, tem uma característica própria.

**RDM News –** Então, o senhor acredita que essa polarização entre Bolsonaro e Lula, entre o bolsonarismo e o PT, no Sul vai arrefecer um pouco mais?

**Haully –** Eu acho que o fator Rio Grande do Sul, a tragédia climática, da natureza, está unindo o Brasil. Nós não precisamos ficar brigando ideologicamente. Porque as ideologias políticas estão todas falidas. Todas. Extrema-direita, esquerda, socialismo, capitalismo, tudo falido. E tem o bom senso e o bom senso é a convergência, que é unir a economia de mercado com a área social. Então, não se tem como governar um país sem a compatibilização dentro de um princípio maior que é a da ética, de ser correto. Ser honesto só não basta, é preciso ser competente. A busca por um governante municipal, estadual e nacional que seja ético, competente, e bem formado, com formação cristã, com os valores da família e com os valores fundamentais dos direitos humanos. Então não é difícil. O Brasil é um país cristão e que tem muita gente boa. ●



# Consórcio anuncia linha de financiamento para segurança pública

Crédito será disponibilizado para projetos dos estados consorciados, no valor de até R\$ 15 milhões, por meio do BRB. Autoridades também anunciaram a realização de prêmio de Boas Práticas e novo acordo técnico com as Nações Unidas

Por **Catarina Loiola**, da Agência Brasília

**O** Consórcio Brasil Central anunciou nova linha de financiamento para segurança pública dos estados e municípios do consórcio. Além disso, os membros formalizaram a realização do Prêmio de Melhores Práticas de Segurança Pública em 2024 e a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Assembleia dos Governadores teve a presença da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, atual presidente do consórcio; e de representantes dos outros entes consorciados, de Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Rondônia.

Para Celina Leão, as medidas anunciadas demonstram o empenho do DF e dos outros estados em promover segurança pública para seus moradores. Ela destacou que o financiamento permitirá a aquisição de equipamentos por valores mais baixos do que o usual. “Alguns itens que são comprados de forma coletiva ficam mais baratos. Às vezes, um estado precisa de mais armamento,





**“Alguns itens que são comprados de forma coletiva ficam mais baratos. Às vezes, um estado precisa de mais armamento, outro precisa de viaturas, e analisando cada necessidade poderemos fazer uma compra maior, com um gasto menor, aproveitando melhor o recurso disponível”**

Divulgação

outro precisa de viaturas, e analisando cada necessidade poderemos fazer uma compra maior, com um gasto menor, aproveitando melhor o recurso disponível”, pontuou.

A vice-governadora afirmou ainda que a Secretaria de Segurança Pública do DF já está avaliando quais são as demandas da capital federal. “Já temos pedidos de aeronaves, já que algumas são muito antigas, viaturas, armamentos e coletes”, completou. Ela também observou a importância do trabalho conjunto dos estados. “Com a integração que queremos criar, teremos, além de informações e recursos compartilhados, todo um trabalho de inteligência, que vai ser feito junto aos estados do Centro-Oeste, melhorando ainda mais a nossa segurança pública”.

Por sua vez, Ronaldo Caiado ressaltou que as novas medidas estão em consonância com os objetivos do consórcio. “A parceria com o Pnud é importante para que a gente possa desenvolver toda a prática para o desenvolvimento dos nossos estados, sem dúvida o que nós buscamos cada vez mais”, salientou. O acordo com a entidade internacional visa estabelecer uma

colaboração em relação à Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Antes dos anúncios, as autoridades dialogaram com o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), sobre o Grupo de Trabalho dos Secretários de Fazenda. Foram apresentados resultados e negociações que culminaram em minutas de projetos de lei regulamentadores da Reforma Tributária, como a Emenda Constitucional nº 132/2023.

### FINANCIAMENTO

A nova linha de crédito do BRB estará disponível para projetos a partir de R\$ 15 milhões, com prazo de pagamento de até 15 anos e carência de três anos. O financiamento será direcionado aos estados, municípios, autarquias, fundações e empresas estatais. Os custos dependem das condições de cada operação e seguem as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, afirmou que o novo financiamento atende à necessidade do consórcio de desenvolver e aprimorar iniciati-

vas. Segundo ele, estão sendo disponibilizados, inicialmente, R\$ 500 milhões para os projetos. “Construímos uma linha de crédito específica para financiar segurança pública em entes públicos, que se destina à compra de equipamentos, aeronaves, viaturas e todo tipo de investimento, inclusive em construção civil, com o aperfeiçoamento da estrutura dos batalhões e das unidades de polícia”, pontuou.

O BRB conta com uma equipe dedicada para realizar as orientações necessárias aos gestores públicos por meio da Plataforma de Governo. O atendimento é personalizado e pode ser agendado por meio do telefone (61) 3409-3556.

### RECONHECIMENTO

O Prêmio de Melhores Práticas de Segurança Pública do Consórcio Brasil Central 2024 tem como objetivo destacar e premiar as iniciativas públicas mais eficazes, que promovem a segurança e bem-estar das comunidades. Foram estabelecidas oito categorias de avaliação, como inovação tecnológica, prevenção do crime e segurança cibernética.

Serão selecionados três projetos por estado consorciado, com prêmios de R\$ 20 mil para o primeiro lugar, R\$ 10 mil para o segundo e R\$ 5 mil para o terceiro. Todos receberão um certificado de reconhecimento. Além disso, o primeiro lugar na classificação geral será premiado com R\$ 20 mil e um pacote de viagem para uma região do Brasil, com direito a acompanhante, no valor de R\$ 15 mil.

### SOBRE O BRC

Fundado em 2015, o BrC tem como objetivo estimular o desenvolvimento de seus participantes, que acumulam 2,5 milhões de metros quadrados de território e 875 municípios.

Juntos, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e o Distrito Federal formam o consórcio, responsável por 12,56% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Esse grupo reúne uma população de aproximadamente 27 milhões de pessoas e conta com uma relevante representação no Congresso Nacional, com 21 senadores e 75 deputados.

O governador Ibaneis Rocha presidiu o BrC entre 2021 e 2022, quando liderou a concessão de linhas de crédito do Banco de Brasília (BRB) e a redução de até 30% do custo da compra de medicamentos pelo grupo, fruto do projeto Saúde Compras Compartilhadas. ●



# Berço das águas, bioma tem recursos hídricos pressionados pelo desmatamento

# CERRADO



Esse ecossistema, que domina quase um quarto do território nacional, tem apenas 20% de sua área legalmente protegida, percentual muito inferior ao da Amazônia

Por **Paula Pimenta**, da Agência Senado

“**B** ioma coração”, o Cerrado, localizado na parte central do Brasil, tem mais do que uma posição geográfica estratégica: é primordial no bombeio e distribuição de água que dá vida às principais bacias hidrográficas nacionais e sul-americanas. Esse berço de nascentes oferece recurso hídrico para ao menos 25 milhões de pessoas que vivem na região e outros muitos milhões que são atendidos subsidiariamente. Mas o recorrente aumento do desmatamento

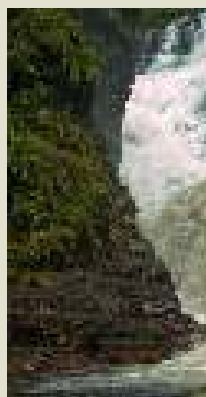
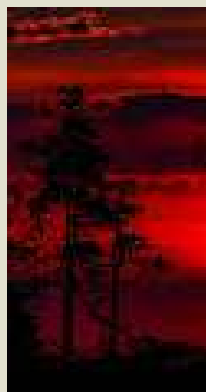
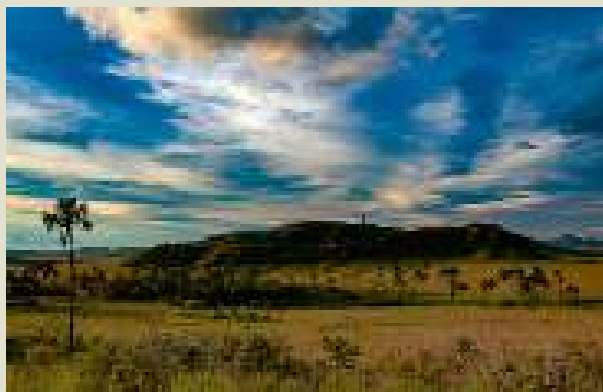
— que elevou o ecossistema nos últimos anos aos piores percentuais de conversão da vegetação nativa para outros fins, com perda média de 10 mil quilômetros quadrados anuais — coloca todo esse potencial hídrico em rota de crise.

Artigo de pesquisa publicado na revista científica *Global Change Biology*, que quantificou os impactos das extensas transições de uso de solo sobre a evapotranspiração e a temperatura da superfície terrestre, aponta que o Cerrado já está 10% mais seco e 1° C mais quente, na comparação com a linha de

base histórica de vegetação nativa.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) demonstram que dos 2 milhões de quilômetros quadrados que congregam o bioma, quase 51% já foram convertidos. Enquanto em fevereiro de 2024 houve redução de quase 30% no desmatamento da Amazônia, na comparação com o mesmo período de 2023, no Cerrado houve aumento de 18,5%, o que é bastante preocupante, segundo o coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e demais Biomas do Inpe, Cláudio

# CERADO



Almeida.

“Isso mostra que a gente tem muito para avançar, tem muito que conseguir melhorar essa questão do controle de desmatamento na área do Cerrado”, afirma o coordenador do Inpe.

Esse ecossistema, que domina quase um quarto do território nacional, tem apenas 20% de sua área legalmente protegida, percentual muito inferior ao da Amazônia, por exemplo, onde em 50% da área não se pode mexer. E ao devastar a vegetação nativa, não há como dissociar os efeitos consequentes nas fontes hídricas.

“Alguns pesquisadores mostram que já existe uma redução no volume de água dos rios que saem do Cerrado. Esses rios estão diminuindo sua capacidade por conta do desmatamento. Então você começa a impactar seriamente a produção de água, impactar a agricultura, a pecuária, o abastecimento huma-

no, geração de energia. Tudo isso depende dessa água que vem do Cerrado”, expõe o coordenador do Inpe.

Com pequenas porções no leste da Bolívia e nordeste do Paraguai, no Brasil o bioma esparrama-se no Planalto Central e consegue congrega estados de todas as regiões: Centro-Oeste (DF, GO, MT e MS), Norte (TO, RO, PA, e enclaves do AM, RR e AM), Nordeste (BA, CE, MA e PI), Sudeste (SP e MG) e no Sul (PR).

O Cerrado, que tem sua data comemorativa em 11 de setembro, encerra a série Biomas, publicada pela Agência Senado nos últimos seis meses para dar voz à biodiversidade, apontar os problemas e expor o debate legislativo sobre cada ecossistema.

Duas importantes propostas caminham no Senado na direção da conservação. A primeira é o Projeto de Lei (PL) 5.462/2019, do senador Jaques Wagner

(PT-BA), que propõe uma política de desenvolvimento sustentável do bioma, a partir de ações de proteção e uso dos recursos ambientes.

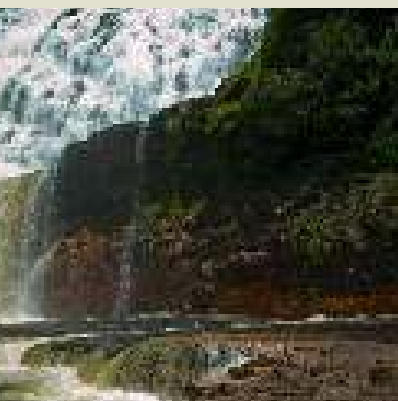
A proposição, que aguarda análise na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) do Senado, trata da conservação, proteção, regeneração, utilização e proteção da vegetação nativa e da Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

“Trata-se, sobretudo, de lançar os olhos sobre o futuro, e contribuirmos para que, por essa via, sejam reduzidos os danos já causados ao bioma, promovidas a sua preservação e recuperação e, com isso, mitigado o grave risco que se avizinha no sentido de uma crise hídrica sem precedentes”, justifica o senador Jaques Wagner.

Para o autor da proposta, proteger o Cerrado “é proteger o Brasil, a América Latina e o mundo de uma catástrofe ambiental irreversível, que não apenas impedirá que a própria agricultura e pecuária continuem produzindo riquezas para o Centro-Oeste e o Brasil, por ausência de seu recurso fundamental — a água — como que a própria sobrevivência de milhões de brasileiros seja preservada”.

**“Alguns pesquisadores mostram que já existe uma redução no volume de água dos rios que saem do Cerrado. Esses rios estão diminuindo sua capacidade por conta do desmatamento”**





Representante de Goiás, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) afirma que o bioma até hoje não teve reconhecida a devida importância por parte do poder público e da própria sociedade. O parlamentar diz ser necessário achar um equilíbrio entre a agropecuária e a preservação ambiental, a partir de modelos de plantio e pecuária que sejam menos extensivos e respeitem os ciclos naturais da terra.

“Isso se deu pelo fato de as características do nosso bioma não serem tão explícitas a olho nu como é o caso do bioma amazônico. Com isso, as regras de preservação não foram tão rígidas como em outras regiões do país. Hoje, vivenciamos uma situação complexa: no Cerrado encontramos grande parte das plantações de commodities que são importantes para o desenvolvimento do nosso país e, também, para alimentação da população. Porém, a devastação exacerbada pode acabar tornando nossas terras inférteis”, afirma Kajuru.

Outra matéria em análise é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2023, que insere o Cerrado na lista dos biomas a serem protegidos como patrimônio nacional, honraria já concedida à Amazônia, à Mata Atlântica e ao Pantanal. Para o senador Kajuru, essa

**“Trata-se, sobretudo, de lançar os olhos sobre o futuro, e contribuirmos para que, por essa via, sejam reduzidos os danos já causados ao bioma, promovidas a sua preservação e recuperação e, com isso, mitigado o grave risco que se avizinha no sentido de uma crise hídrica sem precedentes”**

proposição, que tem como primeiro signatário o senador Paulo Paim (PT-RS), dá a devida importância ao bioma.

“Isso vai fazer com que o Poder Executivo e a própria população tenham outros olhos para a região que o abarca. Como patrimônio nacional, as boas práticas desenvolvidas para recuperação e preservação do Cerrado poderão acessar outros fundos de financiamento e abrir caminho para a criação de novas legislações infralegais que podem gerar maior proteção ao bioma”, opina o senador.

O Cerrado é responsável pelos recursos hídricos superficiais de 8 das 12 grandes regiões hidrográficas brasileiras. Destacam-se nessa lista as regiões das bacias do Parnaíba, São Francisco, Tocantins/Araguaia, Paraná e Paraguai, onde também se encontram muitas das principais hidrelétricas

brasileiras.

Apesar de o Cerrado ser considerado uma grande caixa d’água, onde estão localizados inclusive três grandes aquíferos – Guarani, Bambuí e Urucuiá — não se pode apenas ir tirando água da torneira, sem qualquer retorno, porque senão “essa grande caixa vai secar”, alerta o professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e membro do Instituto Trópico Subúmido, Agostinho Carneiro Campos.

“Esses aquíferos não conseguem armazenar tanta água por conta da estiagem, que de setembro até novembro é muito severa. Também, quando se desmata próximo às nascentes, a água não consegue penetrar no solo. Ainda, a compactação do solo, para abrir as rodovias, para a expansão dos centros urbanos, também vai inibir que essas áreas sejam infiltradas e alimentem os aquífe-



ros. Esse é um grande problema que nós temos”, afirma o professor.

Campos salienta que, quando há desmatamento próximo, ou até dentro de uma nascente, o solo fica exposto, passa a receber radiação solar muito maior, o que faz com que a evaporação aconteça muito mais rápido, abaixando o lençol freático, “o que compromete todo o processo da nascente”, dando margens a uma consequente crise hídrica.

“Se nós continuarmos tendo essa atitude, achando que a natureza vai sempre nos ajudar, que há sempre água em abundância, nós estamos muito equivocados. Nós precisamos hoje, como medida bem mais urgente, proteger essas nascentes, fazer uma recomposição florística. Muitas nascentes não têm nenhuma cobertura vegetal. Então,

se continuarmos assim, nós vamos ter uma crise muito maior até o ano 2050”, completa Campos.

O potencial de proteção de vegetação nativa é muito superior ao que se imagina. Estudos já demonstram que as raízes das árvores típicas do Cerrado são responsáveis por transportar água das chuvas para uma boa profundidade. Em épocas de escassez, essas “florestas invertidas” passam a liberar essa água para o subsolo ou para os rios.

No Distrito Federal, essa compreensão levou à criação, ainda em 1968, da Estação Ecológica de Águas Emendadas, uma área de proteção integral, onde não é permitida a ocupação humana. Da preservação do Cerrado depende o fornecimento de água à população do Distrito Federal. Mas não só. As Águas Emendadas têm esse nome porque

contribuem para a formação de duas das maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a Platina, ao sul, e a Amazônica, ao norte.

Coordenadora da rede colaborativa MapBiomias Cerrado e diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Ane Alencar afirma que a primeira coisa a ser feita é “entender o tamanho do problema”, ao destacar que não há nem sequer conhecimento da exata outorga de água em todo o país.

“É preciso fazer esse levantamento das outorgas, daquilo que está sendo usado de água no Cerrado, para que a gente possa pensar numa política pública de restrição, de governança mesmo desse uso da água no bioma, para saber como agir e mitigar esse problema”, expõe Ane.

Além da redução do volume hídrico, outro grande problema assombra o Cerrado: a contaminação das águas pelo considerável volume de agrotóxicos utilizados na produção, especialmente de grãos. Somente na safra 2020/2021, a área do bioma respondeu por 52% do plantio de soja no país.

“Nós temos ainda aquela ideia de que temos água em abundância, mas, dessa água que nós temos, quase toda

**“Proteger o Cerrado é proteger o Brasil (...) de uma catástrofe ambiental irreversível, que não apenas impedirá que a própria agropecuária continue produzindo riquezas, por ausência de água, como que a própria sobrevivência de milhões de brasileiros seja preservada”**





está poluída, pelos esgotos que são lançados nos mananciais sem tratamento ou pela poluição dos agrotóxicos que são utilizados na agricultura, e que nos períodos de chuva são carregados para as nascentes. Por isso que é muito cara hoje a água tratada”, completa o professor Agostinho Campos.

Dados colhidos pela Fundação Oswaldo Cruz no Centro-Oeste e na região do “Matopiba” (palavra formada pelas siglas dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) para a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado apontaram a presença de agrotóxico na água nos sete estados pesquisados, entre eles, glifosato e atrazina, dois dos pesticidas mais utilizados no Brasil. O documento Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado demonstrou a presença de 13 substâncias, das quais cinco não constavam sequer em portaria do governo federal que regulamenta os parâmetros permitidos.

O desmatamento no Cerrado teve grande alavancagem no século 18, com a ocupação da parte mais central do país, sempre de maneira irregular e sem qualquer planejamento adequado. Atualmente, uma porção considerável do bioma é tomada pelo agronegócio.

**“Você começa a impactar seriamente a produção de água, impactar a agricultura, a pecuária, o abastecimento humano, geração de energia. Tudo isso depende dessa água que vem do Cerrado”**

O coordenador do Inpe, Claudio Almeida, salienta que, diferentemente da Amazônia, no Cerrado, 73,2% do bioma está em cima de áreas com Cadastro Ambiental Rural (CAR).

“São áreas que você sabe quem é o proprietário e, segundo o Ibama, grande parte dessas áreas já são autorizadas, são desmatamentos que estão acontecendo e eles têm autorização para desmatar, não é ilegal, é um desmatamento que foi autorizado. A questão agora é avaliar até onde vale a pena continuar esse processo. Será que não é hora de rediscutir quanto o Cerrado suporta mais de desmatamento?”, questiona o coordenador do Inpe.

Uma das maiores especialistas em Cerrado, a professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Mercedes Bustamante afirma que é preciso urgência nas ações para estancar esse desmatamento que se acentuou.

“Muitas vezes há a percepção de que quando você aumenta a proteção de um bioma, como é o caso da Amazônia, você desloca essa pressão do desmatamento para outras regiões. Então é preciso entender se esse fenômeno que a gente chama de vazamento está efetivamente acontecendo, e quais são os vetores que estão ocasionando esse aumento do desmatamento no Cerrado”, diz Mercedes.

Para a professora, é preciso implementar rapidamente o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCerrado), que foi retomado pelo governo federal em 2023, depois de ter sido abandonado por alguns anos. Mercedes também destaca que a própria questão fundiária no Cerrado demanda um envolvimento muito mais próximo do setor privado, já que o desmatamento acontece principalmente em propriedades rurais.



“Apesar de o Código Florestal até permitir uma supressão de vegetação autorizada pela lei mais alta do que na Amazônia, muitas vezes isso ocorre sem a devida autorização, sem a autorização do órgão ambiental. Então, há todo esse aspecto de entender o que está motivando o processo de desmatamento, mas ao mesmo tempo de convencer os principais atores envolvidos, de que essa é uma ação que prejudica o próprio setor. É preciso trazer um pouco de racionalidade nesse debate, porque a própria sobrevivência do setor agrícola depende de condições de clima adequadas que vêm sendo desconfiguradas exatamente pelo processo de desmatamento”, afirma a professora da UnB.

Ainda que a maior concentração de desmatamento tenha holofotes hoje na região do Matopiba, é possível ver uma retomada da derrubada naquelas áreas

de ocupação mais antigas, segundo Mercedes. A professora alerta que, se continuar a rapidez dessa destruição, não haverá sequer um ponto de retorno, “porque o desmatamento acabará com o Cerrado primeiro”.

Para Ane Alencar, o governo federal deve trabalhar junto aos governos estaduais para identificar o que no desmatamento é legal ou ilegal, entender se acontecem dentro de imóveis rurais e se esses são realmente legalizados ou não. Segundo a coordenadora do MapBiommas, é preciso mais averiguação/fiscalização no processo de licenciamento e mais incentivos para a melhoria e eficiência da produção agropecuária, como forma de desestimular o desmatamento em novas áreas.

“Se as políticas privadas começarem a determinar que não se compra produção de áreas novas desmatadas no Cer-

rado, vai desestimular o desmatamento em novas áreas no Cerrado. Então, o setor privado tem um papel muito forte e importante também no desestímulo”, completa Ane.

Segundo maior bioma da América do Sul e uma das savanas de maior diversidade biológica no mundo, o Cerrado, assim como a Mata Atlântica, é um dos 40 hotspots para conservação da biodiversidade no planeta. Isso significa ser uma área com grande riqueza de espécies, mas que corre extremo perigo pela perda de sua cobertura vegetal nativa.

“O Cerrado é um bioma com uma riqueza biológica muito grande, com um grande número de espécies endêmicas, mas que vem perdendo área muito rapidamente. Então isso o coloca como uma prioridade para a conservação. Esse não é um selo para a gente dizer, ótimo, nós somos um hotspot. O hotspot deve ser prioridade para a conservação, exatamente, porque nós não estamos conseguindo conservar adequadamente o bioma”, afirma Mercedes.

O Cerrado é muito mais do que esparsas árvores contorcidas despidas de muita folhagem. No bioma, que tem uma das aquarelas mais bonitas da flora brasileira — como as numerosas especi-

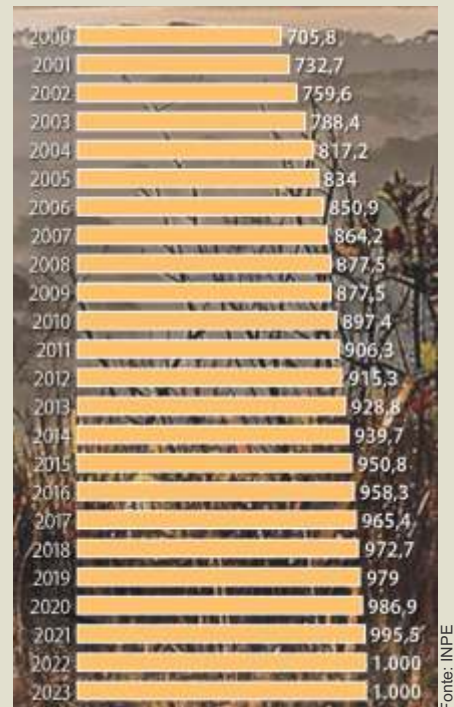
**“Hoje, vivenciamos uma situação complexa: no Cerrado encontramos grande parte das plantações de commodities que são importantes para o desenvolvimento do nosso país e, também, para alimentação da população. Porém, a devastação exacerbada pode acabar tornando nossas terras inférteis”**





## Desmatamento acumulado no Cerrado

Área (em milhares de km<sup>2</sup>)



es de ipês de flores vibrantes — a vegetação está presente em áreas abertas, que são os campos, em savanas, que misturam campo, arbustos e árvores, e em formações florestais fechadas.

Levantamento oficial do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, responsável pelo registro nacional das espécies, aponta que há cerca de 14 mil espécies de flora e funga (fungos) catalogadas no bioma, sendo pouco mais da metade somente endêmicas do Brasil.

“Essa beleza da complexidade do Cerrado representa também um desafio para a sua conservação. Porque as estratégias que a gente tem para a conservação de áreas de campo não podem ser as mesmas estratégias que a gente tem para a conservação de áreas de floresta ou de áreas de savana”, explica a professora da UnB.

Mercedes chama atenção para os avanços no conhecimento do bioma, mas considera que isso ainda é pouco assimilado, tanto por tomadores de decisão, pelas lideranças políticas, como pela população de forma mais ampla.

“Acho que há necessidade efetivamente de transformar esse conhecimento acumulado sobre o Cerrado, de uma

**“Como patrimônio nacional, as boas práticas desenvolvidas para recuperação e preservação do Cerrado poderão acessar outros fundos de financiamento e abrir caminho para a criação de novas legislações infralegais que podem gerar maior proteção ao bioma”**

forma mais acessível, para que ele possa ser realmente incorporado pela população, que ela entenda quando a gente fala da importância da preservação do bioma. Mas a gente não pode esperar que essa consciência se amplie. Por isso que eu acho que o papel das lideranças políticas hoje é muito importante. A gente precisa ter um foco realmente em lideranças políticas que tenham a capacidade de ações concretas”, enfatiza a pesquisadora.

Ainda existem áreas para aumentar a proteção legal da vegetação nativa do Cerrado. Não é muito, segundo a coordenadora do MapBiomias Ane Alencar: são pouco mais de dois milhões de hectares em florestas públicas não destinadas.

“Tão importante quanto é que existem muitas comunidades tradicionais

no bioma, as mais diversas possíveis, como vazanteiros, comunidade de fundo e de fecho de pasto. Muitos são quilombolas, que vivem nessas áreas mais vegetadas. É importante reconhecer os territórios que são historicamente utilizados por essas pessoas, uma população importante e invisibilizada, infelizmente”, diz Ane.

Trabalho nesse sentido é desenvolvido por meio do projeto “Tô no mapa”, encabeçado pelo Ipam, pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), pela Rede Cerrado e Instituto Cerrados, para identificar essas comunidades — geralmente grandes protetoras da biodiversidade — que, em ação com o Ministério Público Federal, busca o reconhecimento dessas áreas como territórios coletivos e, consequentemente, sua preservação.



É também com comunidades tradicionais, assentamentos e unidades escolares que o projeto Valorização de Plantas Alimentícias do Pantanal e Cerrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dissemina o potencial dessas plantas nativas. O trabalho é associado à cultura local e busca proporcionar melhoria da qualidade de vida das pessoas e aumento de renda. São disseminados conhecimentos sobre conservação, boas práticas de higiene e de coleta, armazenamento, processamento e comercialização.

Criado em 2006, o trabalho veio resgatar plantas do Cerrado, muitas das quais extremamente ricas em vitaminas, minerais e fibras, que eram importantes no passado, mas que estavam sendo abandonadas.

“Esse é um processo que ocorre no mundo inteiro, não ocorre somente no Brasil, no Cerrado, no Pantanal. Com o processo de colonização, muitos dos valores europeus acabaram sendo impostos para a sociedade em geral. Então, as pessoas queriam consumir mais o que a Corte consumia e com o tempo as pessoas acabaram consumindo o que foi adotado pelos mercados. Essas plantas silvestres, que eram acesadas apenas pelos povos indígenas,

aqui no caso, tanto do Cerrado, como do Pantanal, passaram a ter uso mais restrito, mais local. E essas plantas passaram a não ser conhecidas pela sociedade em geral”, explica a professora, pesquisadora e orientadora do projeto Ieda Bortolotto.

A iniciativa trouxe resultados. Frutos como o cumbaru ou baru, que sempre foi parte da flora do Cerrado, começaram a ter inserção no mercado e ganharam espaço até mesmo na exportação. A castanha do baru tem alto valor nutricional e pode ser comercializada também como farinha, óleo ou outros produtos já prontos, como bolo e geleia. Multidisciplinar, o projeto chegou às escolas e aos hotéis, porque sabe-se que a difusão de conhecimento resulta em maior valorização e conservação.

“Nós trabalhamos muito com escolas rurais, que são filhos de pequenos agricultores, que têm por prática fazer mudas de plantas. Muitas vezes, eles levam essas novidades para suas casas. Assim como assentamentos, já foram mais de 20, entre eles o Andaluçia, no município de Anastácio (MS), que se tornou um grande produtor da castanha de baru e de farinha de jatobá”.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou recentemente projeto

que cria a política nacional para o manejo sustentável, plantio, extração, consumo, comercialização e transformação do pequi e também dos demais frutos nativos do Cerrado. O PL 1.970/2019 segue para a Comissão de Agricultura (CRA). O projeto foi relatado na CMA pelo senador Kajuru, que associa a criação de uma política específica para o manejo do pequi e outras frutas à preservação do Cerrado. O parlamentar também aposta no modelo agroextrativista, como forma de exploração da terra de forma não predatória, e na bioindústria.

“O Cerrado é um bioma muito diverso e temos cerca de 30 espécies frutíferas de interesse econômico que podem gerar grandes riquezas para nosso país. O agroextrativismo, somado à bioindústria, permitiria o desenvolvimento de interessantes produtos como alimentos, cosméticos e remédios que poderiam ter alcance nacional e até mesmo internacional”, diz o senador.

A flora e a fauna de um bioma estão sempre intrinsicamente ligadas. Se a vegetação padece, os resultados não serão os melhores para os animais, que acabam por sofrer com a drástica diminuição do habitat. Presente no Cerrado de Mato Grosso do Sul desde 2015, o Instituto de Conservação de Animais





## Desmatamento acumulado no Cerrado, por estado



Silvestres (Icas) acompanha de perto a influência do desmatamento, dos atropelamentos e da intoxicação dos animais por agrotóxicos.

“A primeira coisa que a gente nota é a questão da fragmentação. No Mato Grosso do Sul, só há 16% da cobertura nativa do cerrado remanescente. E ela está extremamente fragmentada, extremamente pulverizada. Então, todos esses remanescentes de Cerrado tendem a ser bem pequenos e estão envolvidos por uma matriz, por uma paisagem que é principalmente de cultivo e de pecuária. Os animais silvestres ficam extremamente isolados. Isso é um baita impacto nessa população”, diz a bióloga e pesquisadora do Icas, Nina Attias.

Animais como tatu-canastra, que variam de 30 a 60 quilos, precisam, em média, de 25 quilômetros de área de vida, de uso praticamente exclusivo.

“O que quer dizer que, provavelmente, os tatus-canastra no Cerrado estão vivendo isolados em um fragmento. Quer dizer que para eles se encontrarem e reproduzirem, eles vão precisar cruzar toda essa paisagem de agricultura e de pecuária, o que os deixa muito vulneráveis a encontro com humanos e estruturas humanas”, expõe a pesquisadora.

**“Quando se desmata próximo às nascentes, a água não consegue penetrar no solo. A compactação do solo, para abrir as rodovias, para a expansão dos centros urbanos, também vai inibir que essas áreas sejam infiltradas e alimentem os aquíferos. Esse é um grande problema que nós temos”**

Assim como tamanduás e lobinhos, os tatus são alguns dos animais mais atropelados, por tentarem encontrar uns aos outros e não morrerem sozinhos nos seus fragmentos. Além do atropelamento, muitos desses animais são estigmatizados e sofrem retaliações por parte dos seres humanos.

O Icas desenvolve o Projeto Tatu-canastra, que trabalha com a conservação da biodiversidade por meio da coexistência humano-fauna, do manejo da paisagem. Uma das propostas de maior sucesso é a do projeto Canastras e Colmeias, que definiu com apicultores métodos para que não houvesse ataque às caixas de abelhas pelos tatus, que acabavam sendo mortos por retaliação. Agora, foi criado até um selo de certificação do “mel amigo do tatu-canastra”, o que possibilita a venda do produto por

um preço mais elevado.

Já por meio do Projeto Bandeiras & Rodovias, pesquisadores conseguiram mapear os efeitos das rodovias na vida dos tamanduás-bandeira. Durante 12 meses, vários animais foram monitorados em Mato Grosso do Sul. Cerca de 80% dos animais capturados nas proximidades das rodovias cruzaram as pistas em algum momento do estudo, principalmente no período noturno.

Os resultados mostraram que nenhuma dessas rodovias tem mecanismos eficazes para inibição de travessia, como cercamentos, passagens inferiores e superiores, bueiros adaptados, viadutos e túneis para a fauna. Ainda, o levantamento apontou que 17 tamanduás-bandeiras são mortos por colisões com veículos a cada 100 quilômetros nas rodovias.



### Jaques Wagner e Jorge Kajuru defendem propostas pela conservação do bioma

As estradas pavimentadas tendem a ter mais atropelamento, mas as não-pavimentadas também causam impactos letais na biodiversidade animal. De 2017 a 2020, o Icas registrou 12,4 mil animais atingidos por colisão veicular. Mas, para o Instituto, o número é subestimado e a taxa de mortalidade de animais de médio e grande porte deve superar 5 mil por ano.

Uma forma simples de reduzir essas colisões é evitar dirigir nos horários de maior risco, principalmente à noite, quando os animais estão mais ativos e há menos visibilidade. É preciso ainda atenção e respeito à sinalização, geralmente posta nos pontos onde há mais ocorrência de atropelamentos. Em MS, já está sendo implementado um guia de orientações para redução de coalisão com a fauna, repassado principalmente a quem vai tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

“Além disso, hoje em dia a gente está vendo também que tem a questão dos agrotóxicos. Tem alguns casos já de

tamanduás-bandeira e de antas que vieram a óbito por contaminação por agrotóxico. São animais que estavam extremamente saudáveis, eram animais que a gente monitorava, e eles vieram a óbito repentinamente, e de forma muito pouco convencional. Fizemos exames toxicológicos que comprovaram que esses animais tinham altas taxas de agrotóxicos no sangue”, relata Nina.

Dados do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), apontam que das 4.866 espécies avaliadas no Cerrado (todos os vertebrados e alguns invertebrados), 303 estão em categorias de ameaça.

Entre as 63 espécies em “criticamente em perigo” estão o pangola, macaco-preto, rato-candango, rolinha-do-planalto, pato-mergulhão, aracuã, cascudo, bagrinho-de-caverna. “Em perigo” aparecem 101, como o macaco buriqui, sagui-caveirinha, maçarico-rasteirinho, tiê-bicudo, aranha-

caranguejeira, tartaruga de escamas e lambari. Por fim, mais 139 completam a lista na categoria “vulnerável”, que reúne espécies como bugio, macacaranha, lobo-guará, boto-do-araguaia, papagaio-de-peito-roxo, onça-pintada, anta, pica-pau-do-parnaíba e pirapitinga.

Os recursos para o meio ambiente ainda são escassos. Dados do Portal da Transparência apontam que o orçamento federal para a pasta ministerial não representou nem 1% do percentual dos gastos públicos nos últimos cinco anos.

“O orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e dos órgãos vinculados, como o Ibama e o ICMBio, sofreu redução considerável nos últimos anos. Felizmente, há uma tendência de recomposição desse orçamento, ainda que muito aquém do necessário. Para se ter uma ideia, a despesa executada em 2019, pelo MMA, foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Em 2023, o valor alcançou R\$ 3,6 bilhões, um aumento de mais de 40%”, diz o consultor legislativo em Meio Ambiente do Senado Matheus Dalloz.

Para este ano de 2024, estão previstos R\$ 14,64 bilhões, sendo R\$ 10,45 bilhões referentes a recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Dados do Siga Brasil apontam que para a função de gestão ambiental, que engloba também outros ministérios, foram autorizados, de 2022 a 2024, R\$ 25,1 bilhões, dos quais R\$ 15,1 bilhões são

**“Nós precisamos hoje, como medida bem mais urgente, proteger essas nascentes, fazer uma recomposição florística. Muitas nascentes não têm nenhuma cobertura vegetal. Então, se continuarmos assim, nós vamos ter uma crise muito maior até o ano 2050”**



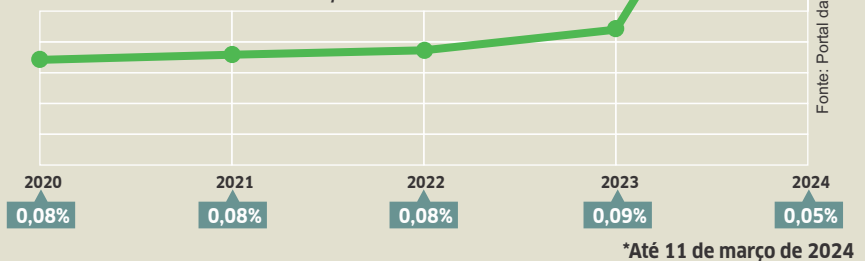


## Quantidade de espécies em risco no Cerrado



## Orçamento do Meio Ambiente passa por recomposição

Em 2024, pasta recebeu aporte do fundo Nacional sobre Mudança do Clima



para este ano, contemplando os já referidos R\$ 10,45 bilhões.

“O orçamento do MMA representa o montante que está sob responsabilidade do ministério. Já a função gestão ambiental representa o quanto está sendo gasto nesta determinada área da despesa, independentemente de quem a está executando”, expõe o consultor legislativo em orçamento, Sergio Machado.

São imensos os desafios para que a maior biodiversidade do mundo não padeça e, conseqüentemente, toda a espécie humana que dela depende. O premiado professor e historiador da Universidade de Campinas (Unicamp) Luiz Marques, que publicou obras socioambientais, entre as quais Capitalismo e colapso ambiental (2015) e O decênio decisivo. Propostas para uma política de sobrevivência (2023), afirma que “nós sabemos o que devemos fazer”.

“Nós temos que zerar o desmatamento. Nós temos que diminuir drasticamente o consumo de combustíveis fósseis. Nós temos que diminuir drasticamente a produção de resíduos. É isso que nós temos que fazer. Mas não há nenhuma chance de alcançar se você não atacar a causa. E, para isso, é preciso ter uma estratégia política de convencimento da sociedade. A meta deste governo é reduzir o desmatamento. E essa meta só pode ser alcançada se você proibir o desmatamento de quem desmata. Há uma diminuição sensível e

meritória do desmatamento da Amazônia, mas houve um grande aumento do desmatamento do Cerrado. Sem Amazônia e sem Cerrado não existe sociedade brasileira. Temos que ter força política, coragem, para coibir, para reprimir”, afirma Marques.

Para o historiador, é preciso muito mais do que debates e tratados. Ele afirma que todas as três convenções - quadro das Nações Unidas firmadas - a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - “têm um saldo de total fracasso”.

“A palavra ‘fracasso’ às vezes parece um exagero. Mas não é um exagero. Se você tem um plano, uma intenção, você está a uma certa distância do seu objetivo. E você não apenas não alcança o seu objetivo, mas você retrocede em relação à posição que você estava, quando você decidiu chegar àquele objetivo, que é o caso exatamento das três convenções, você não pode classificar isso como um

não fracasso. Não é um fracasso relativo, porque isso seria se tivesse avançado um pouquinho, mas não chegou à meta que você propunha chegar. Mas não, retrocedeu”, avalia o professor da Unicamp.

Em 2023 as agências de clima apontaram que o planeta registrou as maiores temperaturas nos últimos 125 anos. Para o professor, “não há mais como continuar sendo destrutivo e acreditar que essa destruição não impacta, que não significa uma ameaça existencial”.

“Nos últimos 125 mil anos, quando a espécie humana estava engatinhando, que estava acabando de sair da África, nós éramos alguns poucos milhares, hoje nós somos 8 bilhões de pessoas e nós temos uma demanda de energia, uma demanda de matéria-prima, um impacto sobre o sistema Terra gigantesco. Então, nós temos que desacelerar, mas não estão entendendo isso. O único critério de sucesso de uma sociedade é a diminuição do seu impacto sobre o sistema Terra”, alerta Marques. ●

# Ciência no espectro

É possível mudar a rota de desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida dos autistas?

\*Por **Natalie Brito Araripe**

**C**ada vez mais comum, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não tem cura, nem cura. A condição neurológica afeta milhões de pessoas ao redor do globo, 1 a cada 36 crianças para ser mais exata, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos. O aumento no número de casos não é moda nem invenção moderna, está ligado à maior divulgação sobre o transtorno e diferenças recentes nos diagnósticos. E se eu te disser que o maior problema que temos hoje não reside na prevalência do TEA, e sim, nas barreiras colocadas pela sociedade? Veja, além de o autista precisar lidar com os próprios desafios, sofre com olhares capacitistas da sociedade. Um preconceito que limita a forma como vemos e o que achamos que essas pessoas são capazes. Embora compartilhem traços em comum, cada sujeito é único, tanto em suas dificuldades quanto em suas qualidades. Até porque o autismo é uma neurodivergência e não uma sentença. E todos anseiam por expressar seu potencial sem limitações impostas por rótulos.

Ao passo que a compreensão sobre o autismo aumenta, surgem ferramentas de suporte para pessoas no espectro e

suas famílias. Uma dessas ferramentas é a ABA, ou Análise do Comportamento Aplicada, que tem ganhado destaque como a intervenção que produz mais evidências científicas de eficácia para o autismo, segundo a Associação para a Ciência do Tratamento do Autismo dos Estados Unidos. Essa ciência promete não ser apenas um conjunto de teorias, mas, também, um longo caminho de mudanças na vida de pessoas autistas e familiares. Amplamente conhecida no meio, a abordagem é uma chave-mestra, que desbloqueia potenciais, molda destinos, desafia limites e proporciona uma vida mais plena para quem enfrenta as barreiras impostas pela sociedade.

Uma série de pesquisas conduzidas há mais de 20 anos têm demonstrado a eficácia das intervenções baseadas em ABA para o Transtorno do Espectro Autista. Em um dos primeiros estudos, 47% das crianças do grupo experimental passaram de série na escola em que estudavam, assim como apresentaram funcionamento compatível com a sua idade. Desde então, isso vem sendo confirmado por diversas pesquisas que revelam que o sucesso está relacionado à intensidade, fidedignidade e precocidade da intervenção.

Mas o que há de tão eficaz nessa

ciência, que é estudada desde a década 1960, e por que ela é uma das mais recomendadas tanto por especialistas quanto pelos pais que possuem filhos com autismo? A resposta mais sucinta está no próprio objeto de estudo da ABA: a aprendizagem de comportamentos socialmente relevantes. Ao direcionar pesquisas científicas para melhorar situações reais, essa abordagem fortalece comportamentos voltados para inclusão social e autonomia, enquanto reduz aqueles que impedem uma vida mais plena. Para isso, o analista do comportamento avalia as dificuldades e as potencialidades de cada indivíduo e constrói um plano terapêutico único, a fim de desenvolver repertórios que aumentem a qualidade de vida da pessoa autista e sua família. É como uma formação para a vida, em que cada desafio é uma oportunidade de crescimento.

Muitas vezes, desenvolver habilidades, para um autista, é como decifrar um enigma. Desde tarefas aparentemente simples, como escovar os dentes, até atividades mais complexas, como cozinhar, podem representar desafios significativos. Nesses casos, um analista do comportamento pode avaliar as habilidades prévias, como segurar uma escova de dentes ou identificar ingredientes





**\*Natalie Brito Araripe** é diretora da Luna ABA, psicóloga, analista do comportamento certificada internacionalmente e trabalha há mais de 10 anos com ABA aplicada ao autismo



na cozinha para uma refeição e, de degrau em degrau, construir repertórios robustos. A partir disso, vai auxiliar os aprendizes a se conectarem com o mundo ao seu redor, descobrindo sua própria voz e identidade. É uma jornada na qual cada pequeno avanço é uma vitória a ser celebrada.

A análise do comportamento aplicada não é um milagre. Com muitos estudos e resultados registrados ao redor do mundo, é mais que certo tratar dela como uma ciência sólida, baseada em evidências e que pode ser dedicada a guiar indivíduos com autismo. Para tanto, precisa de robustez e de integridade em relação ao que é produzido pela ciência. Nesse ponto, é importante buscar por profissionais qualificados e passar longe de charlatões.

Diante de tantas fake news, muito cuidado. Não demora tempo para que aventureiros digam que redescobriram a América e falsos especialistas prometam a cura do autismo para famílias fragilizadas. Por isso, é preciso fugir de promessas vazias e poucos resultados. Buscar um acompanhamento seguro que realmente faça a diferença na vida da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista. Desde bebês que começam a desbravar o mundo até adultos que

querem entrar no mercado de trabalho, todos têm sua própria jornada e é essencial respeitá-la.

Estamos diante de vidas reais, de sonhos que anseiam por serem realizados e da busca incessante por um futuro mais inclusivo. Nesse ponto, o analista do comportamento pode ser o braço direito. Um profissional qualificado que combina expertise teórica, bagagem de experiência prática e um genuíno compromisso com o bem-estar dos pacientes. Tudo isso aliado a um cuidado guiado pela ciência e ligado à empatia para compreender as complexidades do comportamento humano.

Então surge a questão que muitos se perguntam: é possível mudar a rota de desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida e inclusão de pessoas com TEA? Sim. No entanto, cada indivíduo é único e responde de maneira diferente às intervenções. Mas quando se estende a mão para caminhar junto e se desenvolvem intervenções personalizadas, os resultados são certos. Compreender a singularidade de cada pessoa leva tempo e requer um olhar rebuscado sobre os progressos. Afinal, o autismo não é um quebra-cabeça a ser montado e, sim, um ser humano a ser compreendido, auxiliado e empoderado para

alcançar seus máximos potenciais. E só quem olha através dos olhos desse outro vai descobrir um novo mundo de possibilidades e crescimento que transcende qualquer barreira.

A jornada ainda é longa e a vida em sociedade é o maior desafio. O momento pede para que façamos nossa parte vestindo a camisa pela conscientização do Transtorno do Espectro Autista. Precisamos acolher as diferenças e acreditar que com elas virão novas formas de pensar e novas condições de ser. O mundo é formado por pessoas diversas. Eu faço parte delas, você também. •

# A complexa teia entre liberdade de expressão e fake news



Fotos: Divulgação



**E**m uma era definida pela informação instantânea e pela interconectividade global, a liberdade de expressão enfrenta desafios sem precedentes com a ascensão das fake news. Este fenômeno, caracterizado pela disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas, ameaça não apenas a integridade do debate público, mas também os alicerces da democracia. A liberdade de expressão, um direito fundamental consagrado em constituições e tratados internacionais, promove a diversidade de opiniões e a participação cidadã. No entanto, a proliferação de notícias falsas exige uma reflexão jurídico-técnica sobre os limites desse direito.

As fake news diferem de simples erros ou interpretações divergentes por sua intenção de enganar, podendo minar a confiança nas instituições, polarizar sociedades e incitar a violência. Diante desse cenário, emerge a questão: como equilibrar a proteção à liberdade de expressão com a necessidade de combater a desinformação?

A liberdade de expressão é amplamente reconhecida como um direito não absoluto, sujeito a restrições destinadas a proteger outros direitos e interesses públicos. A luta contra as fake news se insere nesse contexto, justificando medidas que, embora limitem esse direito, são proporcionais e necessárias para preservar a ordem democrática.

A regulação das fake news representa um desafio complexo. Medidas excessivamente amplas ou imprecisas correm o risco de reprimir o debate legítimo, enquanto a inação pode deixar o campo livre para a manipulação da verdade. A resposta a esse dilema passa pela implementação de estratégias jurídicas e regulatórias equilibradas.

Diversos países têm explorado legislações específicas para enfrentar o problema das fake news. Na Alemanha, a Lei de Execução da Rede

**“As fake news diferem de simples erros ou interpretações divergentes por sua intenção de enganar, podendo minar a confiança nas instituições, polarizar sociedades e incitar a violência”**

(NetzDG) exige que plataformas de mídia social removam conteúdo ilegal, incluindo notícias falsas, em um prazo específico sob pena de pesadas multas. Em Singapura, a Lei de Proteção contra Falsidades e Manipulação Online (POFMA) permite que o governo exija a correção ou remoção de informações consideradas falsas. Na França, a lei sobre a manipulação da informação visa combater a disseminação de notícias falsas durante períodos eleitorais.

Além da legislação, a verificação de fatos por organizações independentes e a autorregulação de plataformas digitais surgem como soluções complementares. Essas estratégias promovem a responsabilidade e a transparência, permitindo que a sociedade civil e as empresas de tecnologia desempenhem um papel ativo no combate à desinformação, sem necessidade de intervenção estatal direta.

A educação midiática também se destaca como uma ferramenta vital, capacitando os cidadãos a discernirem entre informações confiáveis e falsas, fortalecendo assim a resiliência da sociedade diante da desinformação.

Confrontar as fake news, portanto, requer uma abordagem multifacetada que equilibre a proteção à liberdade de expressão com a promoção de um espaço público informado e confiável. A legislação pode oferecer um caminho, mas a solução definitiva reside na combinação de leis cuidadosamente elaboradas, práticas de autorregulação responsáveis e um público bem informado e crítico. ●

\* **João Ibaixe Jr.** é advogado criminalista, ex-delegado de polícia, especialista em Direito Penal, pós-graduado em Filosofia, Ciências Sociais e Teoria Psicanalítica e mestre em Filosofia do Direito e do Estado.

**Jonathan Hernandez Marcantonio** é doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC-SP. Professor universitário. Advogado com ênfase em Direito Público. Ex-professor da USP Ribeirão Preto.



O NÚMERO DE CASOS E MORTES **DOBROU** EM MATO GROSSO.

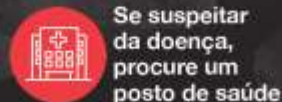
# DENGUE:

OU VOCÊ MATA O MOSQUITO OU ELE TE MATA.



Com o trabalho do TCE-MT, mais de 8 mil Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, fundamentais na luta contra a dengue, tiveram suas atividades regulamentadas. **Juntos vamos derrotar a dengue.**

Elimine focos de água parada na sua casa:



SAIBA MAIS SOBRE O MARCO REGULATÓRIO

Número de casos e mortes comparado com o início de março de 2024.  
Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).



◀◀◀  
**PRA  
TODO LADO**  
▲▲▲  
**TEM  
RESULTADO** ▶▶▶

O GOVERNO DE MATO GROSSO REALIZA O  
**MAIOR PACOTE DE INFRAESTRUTURA DO PAÍS**  
E ATÉ 2026 VAI ENTREGAR  
**5.500 KM DE ASFALTO NOVO**



📍 **MT-251,**  
CUIABÁ A CHAPADA DOS GUIMARÃES



**Governo de  
Mato  
Grosso**